

A decisão de 2022 nas mãos das mulheres

A última pesquisa EXAME/IDEIA mostrou que mulheres se descolaram dos homens em suas posições políticas e são um eleitorado mais resistente a Jair Bolsonaro

[\(Exame | 14/06/2021 | Por Cila Schulman| Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

As jogadoras da seleção brasileira feminina de futebol bateram um bolão em Cartagena, na última sexta-feira, ao levantarem uma faixa contra o assédio sexual, pouco antes do amistoso contra a Rússia. O protesto não citou o nome mas teve como alvo o presidente afastado da CBF, Rogério Caboclo, acusado de assédio moral e sexual contra uma mulher. O gesto não é de pouca ousadia se lembrarmos que até 1981 a prática de futebol ficou proibida no Brasil por ir “contra a natureza feminina” e que as mulheres só obtiveram o direito ao voto no país há menos de 100 anos (1932).

Na [última pesquisa EXAME/IDEIA](#), publicada sexta-feira, dia 11, chamou a atenção o quanto as mulheres se descolaram dos homens em suas posições políticas. E o quanto são, desde a campanha de 2018, um eleitorado mais resistente ao presidente **[Jair Bolsonaro](#)** e mais difícil de conquistar.

O primeiro eleitor padrão de Bolsonaro encontrado em pesquisas era homem, de classe média, escolarizado, da região sudeste. Esses mesmos homens escolarizados continuam a ser um dos pilares de sustentação da reeleição do presidente, ao lado de outros dois eleitorados sólidos dele: os evangélicos e a turma do agronegócio, notadamente da região centro-oeste.

O índice de popularidade de Bolsonaro - fator chave para definir a reeleição - tem uma variação significativa quando recortado por gênero. Enquanto 32,5% dos homens consideram o atual governo como ótimo e bom, apenas 21% das mulheres têm a mesma opinião. Se este dado for colocado mais na lupa, o ótimo entre os homens vai a 16,5%, enquanto que entre as mulheres cai para 9,5%. Os que avaliam o governo como ruim e péssimo estão

cristalizados na faixa de 49% mas entre elas sobe para 54%, já entre eles cai para 43%.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Bolsonaro contribui para agravar a violência policial e contra as mulheres, aponta Human Rights Watch

Pesquisador da Human Rights Watch, César Muñoz comenta relatório da organização que apontou retrocessos no Brasil, além da sabotagem do governo federal ao enfrentamento da pandemia

[\(Rede Brasil Atual | 14/01/2021 | Por Tiago Pereira\)](#)

São Paulo - De acordo com o pesquisador sênior da Human Rights Watch, César Muñoz, o governo Bolsonaro tem contribuído para o aumento da violência policial no Brasil. Além disso, tem atuado para dificultar o aborto legal, se alinhando internacionalmente a regimes autoritários que buscam impedir o avanço dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

O Relatório global 2021 da organização, divulgado nesta quarta-feira (13) apontou que o governo brasileiro [sabotou os esforços](#) de combate à pandemia da covid-19. Os povos indígenas foram os maiores prejudicados em função dessa omissão. Muñoz detalhou esses e outros retrocessos que constam no relatório, em entrevista ao [Jornal Brasil Atual](#), nesta quinta-feira (14).

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Como o negacionismo e as promessas de cura milagrosa de grupos religiosos agravam a pandemia

Colaboração transnacional mostra lobby e estratégias de grupos religiosos e ultraconservadores durante a pandemia de coronavírus na América Latina

[\(Agência Pública | 10/06/2020 | Por Andrea Dip e Mariama Correia\)](#)

“Poderes impuros” é uma investigação jornalística liderada pelo OjoPúblico no Peru, em parceria com a Agência Pública e PopLab, que analisa e detalha em profundidade o papel de organizações políticas e religiosas durante a crise sanitária. Como parte da investigação, a equipe de repórteres construiu uma base preliminar de dados de 298 ações realizadas, entre março e maio, por 120 atores políticos e líderes religiosos de diferentes igrejas, cultos, partidos e organizações.

A reportagem registrou ações no Peru, Argentina, Brasil e México que vão desde recomendações antissanitárias, discursos contra direitos adquiridos, falsos remédios e argumentos sem evidência científica que colocam os seguidores em risco, até iniciativas legais para impedir o acesso ao aborto em países onde este é legal.

[**Acesse a reportagem completa no site de origem.**](#)

Por que as mulheres devem ser contra a proposta de armar a população, por Lia Bock

[\(Universa | 26/05/2020 | Por Lia Bock\)](#)

Durante a [fatídica reunião de 22 de abril](#), o presidente Jair Bolsonaro bradou sobre seu assumido desejo de “[armar a população](#)”. O discurso de fundo que, para ele, justifica esse temeroso ato é a legítima defesa.

Poderíamos até pensar que, armadas, nós, mulheres, teríamos mais facilidade de nos defender de companheiros violentos e aproveitadores metidos a besta.

Mas não precisa ser nenhuma gênica para saber que isso é uma utopia quase tão distante quanto a Ilha Paraíso, aquela onde nasceu Diana, a Mulher-Maravilha. Quantas de nós se sentiram de fato seguras com uma arma (mesmo que nossa) no meio de uma discussão com um brutamontes que é o dobro do nosso tamanho e costuma ter facilidade para acessar sua raiva?

[***Acesse o artigo completo no site de origem.***](#)

O assédio contra mulheres jornalistas tem método e razão de ser, por Natalia Viana

A primeira coisa que me veio à cabeça quando recebi o convite da Fundação Gabo para escrever um artigo sobre novas formas de censura foi um diálogo que aconteceu em novembro de 2016 na Trump Tower, em Nova York, pouco após a eleição de Donald Trump. O presidente dos Estados Unidos ainda não

havia tomado posse e recebia em seu famoso escritório, no 26º andar do edifício em Manhattan, a jornalista Lesley Stahl, que o entrevistaria a seguir para o programa *60 minutes*, um dos mais importantes da TV americana.

[\(Observatório da Imprensa, 31/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Em um certo momento, Trump começou a criticar a cobertura das eleições e os jornalistas. Lesley o interpelou: “Sabe, isso está ficando cansativo. Por que você continua fazendo isso, tantas vezes? É entediante e já está na hora de parar com isso. Você venceu... Por que continua martelando isso?”

Trump respondeu: “Sabe por que eu faço isso? Eu faço isso para desacreditar todos vocês e depreciar todos vocês; assim, quando vocês escreverem histórias negativas sobre mim, ninguém vai acreditar”, [contou](#) Lesley dois anos depois.

A resposta de Trump é direta, mas não é nada trivial. Ela deve ser o ponto de partida quando refletimos sobre o novo, e cada vez mais onipresente, fenômeno da difamação de jornalistas por autoridades de governos da direita populista que têm ganhado eleições no continente – penso, especificamente, em Donald Trump e no presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Embora seja travestida de uma capa de “sinceridade”, “impulsividade” e “autenticidade”, a atitude desses líderes é uma estratégia bem pensada, com método e objetivos claros.

Não é à toa que o conselheiro de primeira hora de Trump, Steve Bannon, também aconselhou Bolsonaro na sua trajetória até o Palácio do Planalto, em Brasília, e continua, até hoje, aconselhando em especial seu filho Eduardo Bolsonaro, que atua como uma espécie de assessor para assuntos internacionais do pai.

Essa estratégia de relações-públicas inclui ataques do presidente e seus filhos a jornalistas específicos, sugerindo intenções espúrias, fazendo insinuações aviltantes que, através de um pretenso humor, humilham o profissional da imprensa. Via de regra, a autoridade pode alegar que “estava apenas brincando”.

Mas o ciclo não acaba aí.

Em seguida, as mesmas palavras são repercutidas pela imprensa - quase sempre de maneira crítica -, mas ganham calorosos aplausos nas redes sociais e passam a ser usadas para assédio virtual, numa série de mensagens direcionadas aos perfis do jornalista nas redes sociais. São perfis que jamais interagiram com o jornalista em questão, muitos deles sem foto ou nome identificáveis. Muitas vezes, o ataque pode ser tão massivo que acaba chamando mais atenção do que o trabalho do jornalista, e dali a pouco ninguém mais se lembra qual foi a reportagem que originou a celeuma. Aos poucos, a reputação do jornalista - seu bem mais precioso - sai lastimada, e toda vez que ele voltar a escrever, investigar ou publicar algo, o episódio será lembrado. O jornalismo fica, assim, neutralizado.

Ao longo de um ano investigando o comportamento das turbas virtuais aliadas aos Bolsonaro, nós, na Agência Pública, identificamos alguns métodos muito pouco sofisticados, mas muito eficientes, para esse assédio. Por exemplo: os ataques virtuais são coordenados a partir de grupos de WhatsApp, onde os administradores dão ordem às “hienas” - eles de fato chamam assim os voluntários, que podem ser mobilizados a qualquer hora - para atacar um determinado perfil no Twitter, uma postagem no Facebook ou um vídeo no Youtube. Até reportagens em sites noticiosos viram alvo e suas caixas de comentário acabam virando palco para a destruição de reputação de autores, fontes, entrevistados e especialistas citados no artigo.

O caso da jornalista Patricia Campos Mello, do jornal *Folha de S.Paulo* - que, em 2018, denunciou um esquema de compra de mensagens massivas para propagar fake news por empresas aliadas a Bolsonaro durante a campanha presidencial, numa ação que fere a lei eleitoral - demonstra como, dependendo do alvo, o processo pode ser mais sofisticado e meticuloso.

Patricia foi atacada diretamente pelo próprio presidente e por pessoas próximas a ele, assediada nas redes sociais, teve seu WhatsApp invadido por hackers e seus dados pessoais expostos (um tipo de ataque que se chama *doxxing*). Meses depois, uma das fontes da sua reportagem, um rapaz chamado Hans River, que processara a empresa de envio massivo de e-mails por questões trabalhistas, mudou sua versão da história. Tratou, então, de acusá-la de ter tentado seduzi-lo em troca de informações. Entre a entrevista

com a jornalista e a mudança de discurso, Hans passou a ser representado por um advogado que foi candidato a governador de São Paulo [em uma chapa aliada a Bolsonaro](#).

A acusação de avanço sexual contra a jornalista foi repetida em um depoimento ao Congresso e, dias depois, reverberada pelo presidente, que usou uma expressão chula, aviltante - e que ele poderia depois chamar de "brincadeira" contra ela. O repúdio de quase todas as organizações de classe, de liberdade de expressão e de direitos humanos teve pouco ou nenhum efeito sobre a postura do presidente. Ele não se retratou e voltou a atacar a jornalista no Twitter semanas depois, assim como suas "hienas".

Está cada vez mais claro que o grupo de "hienas" bolsonaristas não age organicamente nas redes sociais, mas é comandado de perto pelos próprios filhos do presidente do Brasil. O núcleo duro desta operação é chamado de "gabinete do ódio" e sua principal função é destruir reputações. A lógica na qual opera é tão antiga quanto o mais antigo déspota da história: toda e qualquer crítica aos governo deve ser aniquilada; "ou estão conosco, ou estão contra nós". Para reforçar essa lógica, aplica-se constantemente a falsa equivalência, procurando equiparar um ataque vindo do cargo mais alto da República a uma crítica feita por um comunicador via sua conta de Twitter, por exemplo.

Registros enviados pelo Facebook para uma comissão parlamentar que investiga o uso de fake news para deturpar o debate público revelam que uma página usada repetidamente para atacar inimigos do governo - incluindo a própria Patricia Campos Mello - foi criada usando o email do gabinete de Eduardo Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Para quem acompanha de perto essa estratégia de destruição de reputações, é muito claro que o ataque a comunicadoras mulheres é muito mais amplo, violento e brutal.

Entidades como a Unesco e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos vêm chamando a atenção para o aumento da violência contra jornalistas mulheres, em especial os linchamentos virtuais. Segundo o [relatório da Unesco](#) sobre liberdade de expressão no mundo em 2017/2018, as

tecnologias digitais ampliaram os potenciais do trabalho jornalístico, mas “essas novas oportunidades vieram acompanhadas de um aumento de abuso online em particular contra mulheres jornalistas”. O estudo descreve que uma análise de 20 milhões de tuítes feita pela *think thank Demos* concluiu que as mulheres jornalistas recebem três vezes mais comentários abusivos do que jornalistas homens no Twitter. “A violência digital contra mulheres frequentemente tem sido de natureza psicológica”, afirma o relatório. Ela inclui mais comentários e ameaças de cunho sexual, assim como ameaças às famílias ou, mais especificamente, aos filhos.

Também é fato que as mulheres jornalistas reagem de maneira diferente a tais ataques. Vale lembrar o episódio envolvendo a jornalista Vera Magalhães, do jornal *Estado de S.Paulo*, que tornou-se alvo de assédio digital após revelar que Bolsonaro estava chamando seus apoiadores para uma marcha contra o Congresso - uma atitude antidemocrática que imita estratégias de Hugo Chávez na Venezuela. Além de ter seu rosto estampado em memes que a acusavam de “comunista” ou “petista” e de ter os nomes de seus filhos divulgados nas redes, ela foi alvo do presidente em sua “live” semanal pelo Facebook. Corajosamente, Vera usou seus canais para expor as consequências desse tipo de ataque sobre uma mulher. “Estou bem, mas não sou de aço. Ontem vomitei três vezes ao ouvir o presidente do meu país mentir a meu respeito e me ofender em rede nacional”.

É impossível dissociar a trajetória de Bolsonaro, assim como a de Trump e outro grupos antidemocráticos que avançam no continente, da postura misógina e contrária aos direitos das mulheres e a todo tipo de feminismo. O presidente brasileiro ganhou notoriedade quando disse, ainda deputado federal, que não estupraria uma colega “porque ela não merecia”. E, já no discurso de posse, prometeu combater o que chama de “ideologia de gênero” para “valorizar a família” - que, na sua concepção, é heteronormativa, liderada pelo homem, com uma esposa subjugada a essa liderança.

É óbvio que esse tipo de discurso só tem ganhado apoio, votos populares e eleições mundo afora porque há um enorme mal-estar da população masculina com o avanço das mulheres nos mais diversos campos. De certa maneira, as mulheres jornalistas cristalizam esse fenômeno por serem

representantes das demais e por falarem diretamente ao centro do poder – exercido, ainda, majoritariamente por homens.

De acordo com [um relatório de 2018](#) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *“el impacto de estas prácticas discriminatorias es particularmente grave en el caso de mujeres que ejercen la libertad de expresión de manera activa y mantienen un alto perfil público, tales como las mujeres periodistas, las mujeres defensoras de derechos humanos y las mujeres políticas”*. Até agora, são poucas as iniciativas que buscam reverter essa tendência que, segundo a Unesco, tem funcionado. “O nível de abuso tem tido o efeito de silenciar as mulheres jornalistas”, diz o relatório já mencionado.

Como em quase todas as questões relativas a assédio online e fake news, é chocante a inação das plataformas de redes sociais. O Twitter, em especial, que tem se solidificado como a rede oficial de membros dos governos de ultra-direita, tem sido no mínimo omissivo. Uma história anedótica, ocorrida com uma das repórteres da Agência Pública, ajuda a esclarecer como funcionam as desculpas que essas plataformas usam para não fazer nada. Ela não é de nenhuma maneira um caso isolado.

No ano passado, nossa jornalista foi alvo de um ataque organizado à sua conta do Twitter após assinar uma reportagem revelando que robôs estavam sendo usados para subverter as críticas às queimadas massivas na Amazônia e defender o ministro brasileiro do Meio Ambiente. O padrão do ataque repetia todos os elementos já descritos anteriormente. Entre os vinte tuítes mais ofensivos que coletamos para enviar a um executivo do Twitter, havia frases como “cara de ânus”, “imbecil”, “canalha”, “escrota”, “chupa” (referência a sexo oral) e “no teu cool” (referência a sexo anal). Outros negavam seu profissionalismo e imparcialidade como jornalista, afirmando que ela era “esquerdopata”, “petralha” e “extrema-imprensa”. Finalmente, diversos posts atacavam sua ética e idoneidade profissional, afirmando que sua motivação secreta seria o fato de que o novo governo teria suspenso verbas públicas que pretensamente ela recebia do governo petista (a Agência Pública jamais recebeu verbas do governo federal). Dentre os vinte tuítes denunciados, catorze vieram de perfis com fotos ou nomes de homens.

São ataques diretos à reputação, à credibilidade e à honra de uma jornalista

e de uma mulher.

No entanto, a resposta do Twitter foi protocolar: as postagens não puderam ser removidas nem seus autores penalizados porque não violavam as regras da empresa. “Eu entendo demais a sua frustração. A gente pode tomar medidas em relação a tuítes que violem as nossas regras”, me escreveu o executivo.

Há três problemas centrais com essa linha adotada pelo Twitter - e pelas demais plataformas, deve-se dizer, como YouTube, Google e Facebook.

Primeiro, ao analisar os comentários separadamente, essas empresas não dão a devida gravidade em relação a ataques coordenados e massivos que, em conjunto, inegavelmente atentam contra a reputação e a honra das comunicadoras. E sabemos que as empresas têm meios de medir se está havendo um ataque coordenado.

Segundo, ao se eximir de modular conteúdos que estão sendo publicados na sua plataforma, essas empresas fingem que não são responsáveis por boa parte do debate público em diferentes países. Fingem que não são meios de publicação que prestam um serviço público - e portanto, que deveriam ser regulados.

E terceiro: é claro que quem está tomando as decisões sobre a retirada de conteúdos são homens, que, como tal, nem mesmo percebem quando há um ataque que configura uma violência de gênero. Resta a eles dar de ombros e lamentar, dizendo que “entendem a nossa frustração”.

Natalia Viana é jornalista há vinte anos, diretora e co-fundadora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo. É autora e coautora de quatro livros sobre violações de direitos humanos. Como repórter e editora, venceu diversos prêmios de jornalismo, entre eles o Vladimir Herzog de Direitos Humanos (2005/2016), o Comunique-se (2016/2017), o Troféu Mulher Imprensa (2011/2013) e o Gabriel García Márquez (2016). Em 2016, foi a jornalista brasileira mais premiada. Em 2019, sua série Efeito Colateral, sobre civis mortos pelo Exército, foi finalista do prêmio Shining Light Award,

da Rede Global de Jornalistas Investigativos. Desde 2018, integra o Conselho Reitor da Fundação Gabriel García Márquez.

Por que Bolsonaro erra ao usar violência doméstica para criticar isolamento

[\(Universa, 30/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

“Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?” A declaração acima foi dada a jornalistas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no domingo (29), ao voltar de um passeio por Brasília, motivado pelo recente dado divulgado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que mostra que as denúncias de violência doméstica para o 180 aumentaram 17% desde o início da quarentena.

Especialistas ouvidas por Universa afirmam que os casos de agressões contra mulheres devem aumentar ainda mais com o isolamento, mas afirmam que o motivo disso não é o confinamento nem a falta de emprego ou de dinheiro, como sugere Bolsonaro. “Fatores externos, como problemas financeiros, podem ser gatilho para explosão de tensões, mas nunca a causa, mais relacionada à desigualdade e o desequilíbrio dos papéis sociais de homens e mulheres”, afirma a promotora Silvia Chakian, do Gevid (Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), do Ministério Público de São Paulo.

Casais com mais renda têm mais incidência de violência doméstica

Cofundadora da Rede Feminista de Juristas, Isabela Guimarães Del Monde explica, com base em dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) divulgados em 2019, que a incidência de agressões é maior em famílias com maior renda.

“Ao contrário do que o senso comum difunde, o índice de violência contra mulheres economicamente ativas (52,2%) é praticamente o dobro do que o registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho. Nesse sentido, em casas em que há mais renda, gerada pelo homem e pela mulher, há mais casos”, afirma.

Ela considera “leviano” e “preconceituoso” com as pessoas pobres afirmar que falta de dinheiro causa violência. “A fala do presidente é um desrespeito e naturaliza a violência como algo que necessariamente vai acontecer, e não algo que é inadmissível em qualquer circunstância”, diz.

“Bolsonaro, infelizmente, trabalha com base em achismos e não em dados e ciência, e ignora que a violência doméstica assola todas as classe.”

Situação financeira não justifica agressão, que é crime

Psicóloga especializada no atendimento de vítimas de violência doméstica há 15 anos, Artenira da Silva e Silva, pós-doutoranda em Direitos Humanos pela UFPA (Universidade Federal do Pará) e pesquisadora do mestrado em Direito da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) é taxativa: “De nenhuma forma crise financeira justifica agressões contra a mulher”. “Da mesma forma que uso de álcool e drogas pode potencializar a violência doméstica — e por isso são chamados fatores de risco —, a crise ou qualquer outro tipo de frustração maior num casal, que pode ser perda de um filho, por exemplo, também é”, afirma. “Mas não é causa. A causa da violência contra a mulher é sempre o machismo, introjetado e a ponto de ser acionado”, diz a psicóloga, que atualmente tem 28 pacientes, todas de classe alta.

Por que o presidente não pode fazer esse tipo de comentário?

Isabela ainda critica o fato de Bolsonaro se referir à situação de uma mulher apanhando como “briga”. “Conflito é parte indissociável de qualquer relação e é justamente o modo como se lida com ele que diferencia uma situação de violência doméstica. Ela existe não porque um discorda do outro, mas porque, diante da discordância, o homem vira um tapa na cara da esposa. Isso não é briga, é crime”, afirma.

“O perigo de isso sair da boca dele é que, como um líder nacional, ele influencia diretamente comportamentos. Muitos homens dentro de casa vão se sentir autorizados a bater na esposa porque estão passando por um momento difícil, e isso justificaria a violência”, analisa Isabela.

Como explica a promotora Silvia Chakian, a linguagem para abordar o tema precisa ser cuidadosa, para não contribuir com a banalização das agressões, tratando-as como algo corriqueiro, que “simplesmente acontece”.

“Estamos falando de um país com números assustadores de violência doméstica e feminicídio, qualquer abordagem que não seja séria e responsável no trato dessa questão é inaceitável”, diz.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, um caso de violência doméstica é registrado a cada dois minutos no país. Em relação a feminicídios, há uma morte a cada sete horas, em média.

E o que explica a violência doméstica?

Silvia afirma que não há uma resposta simples para essa pergunta. “Não há causa isolada, e sim conjugação de fatores. A construção de um comportamento masculino que vê a parceira como objeto de posse é um deles”, explica.

Para Isabela, a violência doméstica é parte da educação dada aos homens, desde a infância, que os estimula a lidarem com suas frustrações, inseguranças e tristezas com violência.

“Os homens são o grupo social que mais morre, mais mata e mais se mata. Isso significa que temos a ideia de que ser homem é responder às situações cotidianas violentamente”, explica.

Por Camila Brandalise

Gestos vazios do governo para as mulheres, por César Muñoz Acebes

Com Damares, falta investimento e sobra marketing

[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [Damares Alves](#), convocou uma coletiva de imprensa em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ela [permaneceu em silêncio](#) por longos 30 segundos na frente das câmeras de televisão e saiu. Mais tarde, explicou aos repórteres que foi de propósito para fazê-los ver “como é difícil uma mulher ficar em silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher”.

Damares queria atrair atenção para uma nova campanha publicitária de combate à [violência contra as mulheres](#). De acordo com um comunicado divulgado por seu ministério, a ministra falou “sobre inúmeras políticas e leis voltadas às mulheres já implementadas nesta gestão”.

E, no entanto, o financiamento federal de projetos para proteger as mulheres secou desde janeiro do ano passado, quando o presidente Jair assumiu. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que faz parte do ministério de Damares, foi cortado em 27% em 2019, de acordo com

dados obtidos pela Human Rights Watch por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, dos R\$ 51 milhões alocados pelo Congresso em 2019, a secretaria havia usado apenas cerca de 40% (R\$ 20 milhões) em novembro.

Mais de 90% de todo o dinheiro que a secretaria gastou foi destinado à manutenção do Ligue 180, uma linha telefônica criada em 2005 por meio da qual mulheres podem denunciar atos violentos e receber informações sobre os serviços disponíveis. No entanto, o investimento do governo federal nesses serviços de atendimento foi mínimo.

Serviços de apoio adequados, que o governo federal deveria desenvolver e financiar em cooperação com autoridades municipais e estaduais, podem fazer a diferença para [milhares de mulheres](#). Uma delas é uma jovem de 27 anos, mãe de dois filhos, que conheci em outubro em Boa Vista, Roraima, estado com o maior índice de assassinatos de mulheres no país. Ela me contou que sofreu violência doméstica por nove anos e denunciou essa situação à polícia cinco vezes, mas “a polícia não fez nada”.

Em fevereiro, ela deixou o parceiro e foi morar com a irmã, mas o parceiro da irmã também era abusivo. Depois de dois meses fora de casa, essa mãe não conseguia encontrar um lugar seguro para morar com seus filhos. Não teve outra alternativa senão voltar com o parceiro e “à violência”, resumiu.

Em 16 de outubro, seu parceiro a espancou brutalmente na frente dos filhos. “Pensei que ia morrer”, lembrou, entre lágrimas. Desta vez, ela denunciou a agressão à polícia na [Casa da Mulher Brasileira](#) de Boa Vista, uma instalação inaugurada em dezembro de 2018 e que possui uma delegacia da mulher, um abrigo temporário e fornece apoio psicológico, além de outros serviços especializados. Pela primeira vez essa mulher viu a polícia realmente responder à sua denúncia e procurar o agressor. Ela também obteve uma medida protetiva, que proíbe o ex-parceiro de se aproximar. E lá ficou por dois dias no abrigo temporário, onde eu a conheci.

“Esta casa é muito importante”, disse ela. “É um lugar de esperança. Eu posso deixar a violência para trás.” [Existem cinco casas semelhantes no país](#), incluindo uma em São Paulo que a ministra Damares inaugurou em 11 de

novembro. Mas, até o começo daquele mês, o governo Bolsonaro gastou zero real dos quase R\$ 13 milhões alocados pelo Congresso para construir casas adicionais em 2019, de acordo com os dados obtidos pela Human Rights Watch.

A campanha publicitária que Damares lançou em 25 de novembro promove o slogan: “Se uma mulher perde a voz, todas perdem”. Deveria dizer “todos perdemos”. E campanhas publicitárias são de pouca ajuda se o governo federal não investir nos serviços e políticas de que as mulheres precisam desesperadamente.

César Muñoz Acebes

Pesquisador Sênio da ONG Human Rights Watch no Brasil

Casamentos entre pessoas do mesmo sexo saltam 360% após eleição de Bolsonaro, diz IBGE

Alta se deu de outubro a dezembro de 2018; no ano, avanço foi de 62%, contra 10% no período anterior

[\(Folha de S.Paulo, 03/12/2019 - acesse no site e origem\)](#)

O publicitário Cristiano Bueno, 33, e o estudante de engenharia Gustavo Baldin, 31, se casariam em uma cerimônia ao ar livre, no dia do aniversário de sete anos de namoro, em setembro deste ano.

Começaram a se programar quase dois anos antes, mas o [desenrolar das eleições de 2018 fez com que eles antecipssem o casamento no civil](#) e se apressassem antes de o ano acabar.

Os dois estavam acompanhando as opiniões do então

candidato Jair Bolsonaro sobre os direitos LGBTs no país. “Tivemos muito medo de ele interferir nos nossos direitos, nos casamentos igualitários”, contou Baldin.

Casaram-se em 28 de dezembro de 2018, em Belo Horizonte, e organizaram, em cima da hora, uma festinha, com ajuda de fornecedores mineiros que aderiram à “corrida” no fim do ano.

“Além de garantir uma série de questões mais para frente, é um recado político para a sociedade de que nossa família existe”, afirmou Bueno.

Outros dois casais gays formalizaram a união no mesmo dia, [no mesmo cartório](#). A grande celebração de Bueno e Baldin foi mantida em setembro, com os pais deles entrando com as alianças e um discurso sobre o amor: “Tão jovens, destemidos, mostram que todo amor é bonito e que feio é não amar”, narrou a celebrante Flávia Ayer.

Destemidos, porém, talvez não seja a palavra mais precisa.

Ao longo de 2018, o [número de casamentos homoafetivos](#) se multiplicou no Brasil, e a tendência ganhou fôlego após a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do país, em outubro, indicam números revelados nesta quarta-feira (4) pelo IBGE. De 674 casamentos entre pessoas do mesmo sexo registrados no mês da eleição, os registros do tipo saltaram para 3.098 em dezembro, um aumento de 360%.

Somados, os 4.055 enlaces registrados em novembro e dezembro perfazem 69% do total registrado ao longo de todo o ano de 2017.

Muitos dos recém-casados [citam a eleição de Bolsonaro como catalisador](#).

O atual presidente tem um histórico de declarações homofóbicas —como em 2013, quando após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mandar os cartórios oficializarem casamentos de pessoas do mesmo sexo ele disse que tais “decisões só vêm solapar a unidade familiar, os valores familiares”—, e temia-se que ele [revertesse direitos civis garantidos pela Justiça](#).

Apesar das declarações, entretanto, isso não se concretizou neste primeiro

ano de governo, quando a gestão se concentrou na pauta econômica.

Impulsionados pela multiplicação de casamentos em novembro e dezembro, os matrimônios homoafetivos chegaram ao total de 9.520 em 2018, um aumento de 61,7% com relação ao ano anterior, quando foram registrados 5.887. No período imediatamente anterior, de 2016 para 2017, o aumento havia sido de 10%.

“Houve um aumento importante de 2017 a 2018 no número de casamentos de pessoas do mesmo sexo”, disse Klivia Brayner de Oliveira, gerente da pesquisa do IBGE, que divulgou nesta quarta as Estatísticas do Registro Civil em 2018.

No Recife, o documentário “Antes que ele chegue”, que será lançado em março, retrata a corrida dos casais homoafetivos para registrar oficialmente suas uniões diante do resultado das urnas em 2018. As filmagens começaram em novembro.

Para a diretora Clara Angélica Barbosa, os homossexuais sempre tiveram as vidas ameaçadas, “mas com a chegada desse governo isso se potencializou de uma forma absurda”. Ela ouviu casais com filhos dizerem que não querem que o medo afete a vida deles, que não querem se esconder.

“Uma (das personagens do filme) esteve doente, e a família impediu que a mulher a visitasse, mesmo após anos de relacionamento. Agora elas casaram, e uma é responsável pela outra.”

Pesquisadores do IBGE dizem não poder confirmar a relação do salto nos casamentos homoafetivos com a eleição de Bolsonaro. “Existem especulações que podemos fazer, mas os nossos dados são frios, temos só os números de que aumentou ou diminuiu”, disse Klivia.

O aumento desses matrimônios é uma tendência consolidada, mas lenta. De 2014 até 2017, por exemplo, o avanço foi de 21%, praticamente um terço do índice registrado agora. O tamanho do salto de outubro a dezembro é inédito.

A união civil entre pessoas do mesmo sexo foi declarada legal em maio de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) mudou o entendimento do

Código Civil de que a família era formada por um homem e uma mulher. A partir daí, as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo passaram a ser permitidas.

No julgamento em questão, ficou decidido que o reconhecimento das uniões estáveis entre casais gays deveria seguir as mesmas regras e ter as mesmas consequências que aquelas entre casais heterossexuais. E como a decisão dizia que as normas deveriam ser as mesmas para o casamento, casais homoafetivos passaram a pedir a conversão da união estável, o que está previsto no Código Civil.

Porém, muitos encontraram resistência nos cartórios. Até maio de 2013, quando o Conselho Nacional de Justiça publicou uma resolução que permite aos cartórios registrarem casamentos entre pessoas do mesmo sexo e os proíbe de se recusarem a fazê-lo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para a Presidência da República, alguns casais gays decidiram antecipar o casamento por receio que o direito à união homoafetiva fosse revertido no país, por conta do histórico do político declarações consideradas ofensivas à população LGBT. Isso não ocorreu até o momento.

Elas se casaram mais do que eles em 2018 — foram registrados 5.562 matrimônios entre mulheres, sendo que 34% deles (1.906) ocorreram no mês de dezembro. O número é 40% superior aos 3.958 enlacs entre homens registrados no período, sendo 30% deles em dezembro.

A pesquisa foi feita com dados fornecidos por cartórios de registro civil, tabelionatos que realizam divórcios e as varas cíveis ou de família que informam divórcios.

O instituto explicou que, por enquanto, não tem orientação para mudar sua pesquisa e contabilizar as uniões estáveis do país.

“A pesquisa é de fatos vitais, relacionados ao começo e fim da vida e à mudança de estado civil. Quando você casa, muda seu estado civil. A união estável é uma situação conjugal, você está em união estável, mas seu estado civil não se multiplica. Se é solteiro, continua solteiro. Contamos os

casamentos oficiais, que mudam o estado civil da pessoa”, disse Klivia.

No total, o Brasil registrou 1.053.467 casamentos em 2018, uma oscilação 1,6% em relação ao ano anterior.

“Com exceção das regiões Nordeste e Centro-Oeste, que assinalaram aumentos de 0,8% e 3,3%, respectivamente, todas as demais apresentaram queda no número de casamentos civis registrados em cartório. Não foi observado o mesmo comportamento nos casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo”, apontou o IBGE.

Já o número de divórcios concedidos em primeira instância ou por escrituras extrajudiciais cresceu 3,2%, de 373.216 em 2017 para 385.246 em 2018. “O casamento está caindo e o divórcio aumentando, de uma certa maneira, mas ainda temos uma relação de três casamentos para cada divórcio”, disse a gerente da pesquisa.

O tempo médio de casamento no Brasil também está caindo. Em 2008, os casais ficavam 17 anos juntos. Em 2018, esse número caiu para 14 anos.

MAIS SOBRE AS REGRAS DO CASAMENTO HOMOAFETIVO

Desde quando casais homoafetivos têm direito à união estável no Brasil?

Em maio de 2011, o STF mudou o [entendimento do Código Civil de que a família era formada por um homem e uma mulher](#). A partir daí, as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo passaram a ser permitidas. No julgamento em questão, ficou decidido que o reconhecimento das uniões estáveis entre casais gays deveria seguir as mesmas regras e ter as mesmas consequências que aquelas entre casais heterossexuais.

E ao casamento?

Como a decisão dizia que as normas deveriam ser as mesmas, casais homoafetivos passaram a pedir a conversão da união estável em casamento, o que está previsto no Código Civil. Em maio de 2013, o Conselho Nacional

de Justiça publicou uma resolução que permite aos cartórios registrarem casamentos entre pessoas do mesmo sexo e os proíbe de se recusarem a fazê-lo.

Isso quer dizer que o casamento homoafetivo é permitido por lei?

Não, já que nenhuma lei foi aprovada nesse sentido. O que garante os casamentos e uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo é a jurisprudência.

Existe diferença jurídica entre casamentos homo e heteroafetivos? Não, os direitos e deveres são os mesmos.

O direito ao casamento homoafetivo pode ser revertido?

A jurisprudência que garante o direito de casais homossexuais se casarem só poderia ser revertida caso o Congresso aprovasse uma lei proibindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Segundo especialistas consultados, isso não poderia ser feito por decreto presidencial, mas o presidente pode encaminhar o projeto de lei ao Legislativo. De toda a forma, tal lei seria facilmente questionada na Justiça.

Quem já casou pode ter seu casamento anulado caso a lei mude?

Não, isso é considerado inegociável pelos especialistas ouvidos pela Folha.

Jair Bolsonaro ameaçou acabar com o casamento homoafetivo?

Diretamente, não, nem fez disso uma proposta concreta durante sua campanha à Presidência. Contudo, o presidente eleito já deu declarações consideradas ofensivas ao público LGBT e disse, em 2013, que “está bem claro na Constituição: a união familiar é [entre] um homem e uma mulher. Essas decisões só vêm solapar a unidade familiar, os valores familiares”.

Existem propostas para que o casamento homoafetivo vire lei?

Sim. O PL (projeto de lei) nº 612/2011, de autoria da senadora Marta Suplicy (sem partido), muda o Código Civil para retirar menções de gênero em relação ao casamento e à união estável. A proposta foi aprovada na Comissão

de Constituição e Justiça do Senado, mas um recurso do senador Magno Malta (PR-ES), da bancada evangélica, solicitou que a matéria fosse votada em plenário. O projeto foi colocado na pauta para votação em dezembro do ano passado, mas não houve quórum. Para que vire lei, o PL precisa ser aprovado nas duas Casas do Legislativo e passar por sanção presidencial.

Por Diego Garcia

Congresso derruba veto de Bolsonaro sobre notificação de casos de violência doméstica

Nova lei, considerada controversa por especialistas, obriga profissionais da saúde a notificar indícios e casos explícitos à polícia em, no máximo, 24 horas.

[\(HuffPost Brasil, 27/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Deputados e senadores derrubaram, nesta quarta-feira (27), o veto do presidente **Jair Bolsonaro** a um projeto de lei que obriga profissionais da saúde a notificar indícios e casos explícitos de **violência contra a mulher** à polícia em, no máximo, 24 horas. Não havia antes o prazo legal, nem a obrigação de notificar indícios. A mudança na legislação é criticada por especialistas no tema.

O veto presidencial, em 10 de outubro, foi baseado no entendimento dos ministérios da Saúde e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A mensagem de veto aponta que a proposta contraria o interesse público e que a identificação compulsória da vítima “vulnerabiliza ainda mais a mulher”, destacando a importância do sigilo nesses casos, evitando a exposição a outros episódios de violência.

Compartilham dessa visão [especialistas em violência doméstica](#) ouvidas pelo HuffPost Brasil. A Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras chegou a emitir uma nota pública em que aponta incongruências no projeto de lei, entendido como inconstitucional por tornar compulsória a notificação e ignorar a exposição da vítima.

Defensores do PL afirmam que o objetivo é evitar a subnotificação e que o fato de esse tipo de crime ser processado por meio de ação penal pública incondicionada (não precisa de a mulher denunciar) justificam a notificação obrigatória. Esse é o entendimento da autora da proposta, deputada Renata Abreu (Podemos-SP) e da maioria da bancada feminina.

Nos últimos dias, Abreu conversou com outros parlamentares para garantir a derrubada do veto. A articulação também contou com o apoio do presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#) (DEM-RJ). “É mais um passo na luta contra a violência feminina. O Congresso demonstrou disposição em enfrentar esse tema que atinge, diariamente, milhões de mulheres no País”, comemorou, após o resultado.

Segundo a deputada, o prazo de 24 horas é ideal reduz a lacuna de tempo de comunicação entre médicos e policiais, tornando muito mais fácil mapear a cena do crime, localizar o agressor, trazer respostas à vítima e à família e implementar políticas preventivas.

Para Renata Abreu, a mulher agredida não está em condições de decidir sozinha. “O veto é um duro golpe na luta contra a violência à mulher, que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Ao estabelecer um prazo rápido, a proposta colabora diretamente para reduzir a lacuna de tempo de comunicação entre médicos e policiais”, disse.

Em reunião em outubro de 10 parlamentares das 77 da bancada feminina, houve unanimidade pela derrubada do veto. O PL não é de iniciativa do grupo, apesar de ter seu apoio. Ele foi apresentado por Renata Abreu em dezembro de 2015 e aprovado em plenário em 2017, em regime de urgência, na forma de um substitutivo da então deputada Raquel Muniz (PSD-MG), relatora em plenário em nome de todas as comissões temáticas. Em março deste ano, foi aprovado pelo Senado, com alterações, e retornou à Câmara.

De acordo com assessores legislativos que acompanharam a tramitação, se houvesse alguma inconsistência legal que ferisse a autonomia da mulher, ela teria sido apontada por consultores da Câmara ou do Senado.

Apesar dos 13 anos da existência da Lei Maria da Penha, é crescente o número de mulheres assassinadas no País. Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017, considerado o maior registro em dez anos.

A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo.

Por Marcella Fernandes

Veja mais:

[Congresso derruba veto de Bolsonaro e hospital terá de notificar suspeita de violência doméstica \(Estadão, 27/11/2019\)](#)

Entenda por que veto de Bolsonaro a projeto de lei sobre violência doméstica tem apoio de feministas

Proposta prevê que hospitais avisem a polícia, de forma compulsória e em até 24 horas, sobre casos suspeitos que atenderem. Decisão final agora é do Congresso

[\(O Globo, 16/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO - O [veto do presidente Jair Bolsonaro](#) ao projeto de lei que estabelece prazo de 24 horas para unidades de saúde notificarem a polícia sobre casos suspeitos de violência contra a mulher tem levantado intenso debate — e gerado muitas dúvidas sobre seu possível impacto. Se, por um lado, algumas parlamentares da oposição classificam o veto como uma ação de repressão a iniciativas de enfrentamento da violência doméstica, por outro um grupo expressivo de feministas — entre integrantes de coletivos e de redes de saúde da mulher — posiciona-se a favor do veto presidencial.

O projeto de lei 2.538/2019, de autoria da deputada Renata Abreu (Podemos-SP), barrado na última quinta-feira, propõe tornar compulsória a notificação às autoridades policiais dos casos suspeitos que chegarem até serviços de saúde, sejam eles públicos ou privados.

A justificativa para a criação do PL é, segundo sua autora, que a comunicação entre hospitais e delegacias melhoraria o levantamento de dados. Além disso, auxiliaria no mapeamento das áreas com maior concentração de violência doméstica, permitindo políticas públicas direcionadas.

Ao vetar a proposta, Bolsonaro argumentou que ela vai contra o “interesse público” porque deixaria a mulher mais vulnerável. A decisão pelo veto veio após recomendação dos ministérios da Saúde e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

“A proposta contraria o interesse público ao determinar a identificação da vítima, mesmo sem o seu consentimento e ainda que não haja risco de morte, mediante notificação compulsória para fora do sistema de saúde, o que vulnerabiliza ainda mais a mulher. O sigilo é fundamental para garantir o atendimento à sua saúde sem preocupações com futuras retaliações do agressor, especialmente quando ambos ainda habitam o mesmo lar ou ainda não romperam a relação de afeto ou dependência”, diz a mensagem presidencial.

O veto ainda pode ser derrubado no Congresso Nacional, que a partir de agora tem a decisão final. Caso seja derrubado, o PL já entra em vigor. Se o Congresso concordar com o presidente e o veto for mantido, o projeto é esquecido.

O que diz a lei hoje?

A lei atual sobre esse tema (nº 10.778), aprovada em 2003, já estabelece notificação compulsória no caso de mulheres agredidas que forem atendidas em serviços de saúde. Entretanto, esse registro só pode ser usado dentro do ambiente dos sistemas de saúde, para fins de controle epidemiológico.

A lei, hoje, só permite que sejam levados às autoridades policiais os casos excepcionais: “em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável”.

Logo, o novo PL propõe duas mudanças em relação à lei de 2003: a notificação passaria a ser feita para a polícia, e não apenas para o próprio sistema de saúde; e haveria um prazo de 24 horas para fazer isso. A legislação atual não prevê prazos.

Denúncia compulsória à polícia é alvo de críticas

A ginecologista e obstetra Halana Faria, do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras, é uma das que não veem a nova proposta com bons olhos:

— O enfrentamento à violência contra as mulheres depende de uma rede consistente que envolve saúde e assistência social, e envolvimento policial quando e se a mulher estiver preparada para denúncia. A denúncia deve ser feita pela mulher, e nunca de forma compulsória por profissionais de saúde. São o fortalecimento de rede de apoio e a efetividade das leis em vigor que vão garantir que agressores sejam punidos. Isso não pode acontecer às custas da segurança das mulheres.

A médica levanta a questão, também, de que, caso o projeto de lei seja aprovado, mulheres violentadas passem a ter receio de procurar atendimento em hospitais, o que poderá colocar ainda mais a vida delas em risco. Ela teme que muitas passem a recorrer a tratamentos alternativos e inseguros, para evitar uma notificação compulsória.

— Mulheres em situação de violência doméstica buscam serviços de saúde mediante construção de vínculo e confiança nesses equipamentos, certas de que contarão com acolhimento e sigilo profissional. Se uma mulher sabe que sua queixa de dor física e psíquica se transformará automaticamente em denúncia contra o agressor, possivelmente deixará de buscar ajuda nos serviços de saúde — avalia Halana.

Autonomia, porém, é relativizada

Muitos dos que defendem o veto ao projeto destacam que a notificação compulsória por parte dos funcionários dos sistemas de saúde tiraria a autonomia da vítima de violência. No entanto, para a psicóloga Leticia Gonçalves, especialista em violência contra a mulher, esse argumento não se sustenta.

— A gente não pode falar de autonomia plena quando se trata de pessoas que sofrem violências. Elas não estão em condição de saber, sozinhas, o que as protegerá mais. Por isso que, de fato, profissionais de saúde têm que se colocar numa posição ativa para colaborar com essa mulher violentada. Não adoto o argumento da autonomia porque, em certo sentido, isso atribui responsabilidade quase integral à mulher, como se fosse fácil ela sair sozinha da situação de violência — diz Leticia, que é membro do Grupo de Estudo sobre o Aborto (GEA), da Universidade de São Paulo (USP).

Apesar de acreditar que os profissionais de saúde devam ajudar a mulher a tomar a decisão sobre uma possível notificação à polícia, a psicóloga afirma que isso não deve ser feito de forma obrigatória, como prevê o projeto.

— O que eu acho mais adequado é usarmos a ideia não de autonomia, mas de protagonismo. Diferentemente da notificação compulsória à polícia, o ideal seria ofertar à mulher um espaço de escuta qualificado para que ela possa decidir, entre as possibilidades que o profissional de saúde apresentar, a mais adequada para o seu momento de vida — pontua ela.

A autora do projeto de lei defende que as mulheres precisam de uma maior proteção do Estado e diz que vai lutar no Congresso Nacional para derrubar o veto do presidente. Segundo ela, a decisão de Bolsonaro representa um

desrespeito à decisão do Congresso, uma vez que o PL havia sido aprovado em comissão de forma unânime. Ela também considera que o veto é “um golpe cruel contra a luta pelos direitos da mulheres”.

— O meu projeto apenas fortalece a lei da notificação compulsória (aquela aprovada em 2003). O que a minha proposta fez foi estabelecer um prazo para a notificação. A falta de prazo gera problemas gravíssimos, pois os indícios físicos de estupro, por exemplo, somem em poucos dias. Na lei que já existe não há relatos de que a vítima foi exposta durante qualquer investigação policial — diz Renata Abreu.

Sobre o argumento da retirada da autonomia da vítima, a deputada rebate:

— Se um vizinho percebe que uma mulher está apanhando do marido, ele pode fazer a denúncia às autoridades policiais, e, se a agressão for identificada, há uma ação penal pública incondicionada. Qualquer pessoa pode tomar essa atitude, independentemente de a vítima querer ou não.

Nas redes sociais, o projeto de lei de Renata Abreu teve grande apoio de parlamentares como Gleisi Hoffmann (PT) e Manuela d’Ávila (PCdoB), que consideram que barrar esse projeto em nada ajuda a diminuir os números de agressões contra as mulheres e de feminicídio.

A deputada federal Renata Abreu é presidente nacional do Podemos. O projeto sobre violência doméstica não é o primeiro dela que gerou calorosos debates: a parlamentar propôs também um PL que flexibiliza a obrigatoriedade da cota de 30% para mulheres dentro dos partidos políticos, o que a tornou alvo de críticas de quem milita por uma maior participação feminina na política.

Por Giulia Costa